



## Biblioteca pública digital portuguesa: uma viável utopia

Dália Guerreiro<sup>a</sup>

<sup>a</sup>Universidade de Évora/CIDEHUS–UE/FCT, Portugal  
dguerreiro@uevora.pt

---

### Resumo:

A conjuntura contemporânea aponta para a criação de uma biblioteca pública digital portuguesa (BPDP), tendo, como missão, a valorização dos espólios bibliográficos, fotográficos, cartográficos e iconográficos das regiões. As bibliotecas digitais disponibilizam uma informação organizada e creditada, são amigáveis para pessoas com deficiência, permitem a utilização e reutilização dos conteúdos para fins didáticos e asseguram maior visibilidade às instituições. Porém, não parece exequível que cada biblioteca pública crie uma biblioteca digital própria, dado que os encargos envolvidos e os conhecimentos necessários para a digitalização, a encadernação digital, a preservação e a manutenção seriam incomportáveis para a maioria. Além disso, é desejável o estabelecimento de políticas digitais adequadas à realidade das bibliotecas públicas. A BPDP seria constituída através dos contributos das várias bibliotecas, permitindo a consulta, quer particularizada por biblioteca, quer no conjunto dos acervos. Para desenvolver o projeto da BPDP, seria necessário, não só reunir sinergias entre as bibliotecas públicas, como também envolver o mundo académico. Como estudo de caso de boas práticas, apresenta-se a Digital Public Library of America, a qual, além de reunir os acervos de várias bibliotecas com uma sólida política de normalização e de divulgação, disponibiliza os conteúdos de forma apelativa e dinâmica, com soluções inovadoras.

**Palavras-chave:** Biblioteca Digital; Biblioteca Pública; Humanidades Digitais.

---

## Introdução

Na atualidade, as bibliotecas digitais impõem-se, não só para a investigação, como para o público em geral. Pretende-se analisar os benefícios da biblioteca digital para a biblioteca pública e para os seus utilizadores. A construção de uma biblioteca digital requer procedimentos técnicos e infraestruturas que não existem em todas as bibliotecas. Daí que se defenda a criação de uma biblioteca pública digital portuguesa, que envolvesse várias instituições e que tivesse como resultado um produto de excelência, de acordo com as normas e boas práticas internacionais.

## Biblioteca pública digital

Foi definido em 1994 pela IFLA/Unesco no manifesto das bibliotecas públicas que «A biblioteca pública – porta de acesso local ao conhecimento – fornece as condições básicas para uma aprendizagem contínua, para uma tomada de decisão independente e para o desenvolvimento cultural dos indivíduos e dos grupos sociais» (IFLA/UNESCO, 1994). Por conseguinte, o acesso ao conhecimento é privilegiado na biblioteca pública.

Segundo as diretrizes da IFLA a missão das bibliotecas públicas desenvolve-se em 12 pontos, entre os quais se destacam:

9. Assegurar o acesso dos cidadãos a todos os tipos de informação da comunidade local;
10. Proporcionar serviços de informação adequados às empresas locais, associações e grupos de interesse;
11. Facilitar o desenvolvimento da capacidade de utilizar a informação e a informática; (IFLA/UNESCO, 1994) (IFLA, 2013, cap. 1)

Se, por um lado, se coloca a tónica no acesso à informação sobre a comunidade local, por outro lado, as bibliotecas públicas devem fornecer serviços de informação mediar o acesso a esses serviços de forma a garantir que todos os possam utilizar.

Um dos objetivos da biblioteca pública é ser «uma instituição-chave na comunidade, para recolha, preservação e promoção da cultura local em toda a sua diversidade.» (IFLA, 2013, p. 19), pelo que a criação de uma biblioteca digital se enquadra neste propósito.

Uma biblioteca digital pode definir-se como «A focused collection of digital objects, including text, video, and audio, along with methods for access and retrieval, and for selection, organization, and maintenance of the collection» (Witten, Bainbridge e Nichols, 2009, p. 7).

O *Manifesto da IFLA/UNESCO sobre as bibliotecas digitais*, aprovado na 36<sup>a</sup> Conferência Geral da UNESCO (de 25 de outubro a 10 de novembro de 2011, em Paris) definiu, ainda que de forma genérica, o que é e como deve ser constituída uma biblioteca digital:

Una biblioteca digital es una colección en línea de objetos digitales de buena calidad, creados o recopilados y administrados de conformidad con principios aceptados en el plano internacional para la creación de colecciones, y que se ponen a disposición de manera coherente y perdurable y con el respaldo de los servicios necesarios para que los usuarios puedan encontrar y utilizar esos recursos.

La misión de las bibliotecas digitales consiste en proporcionar acceso directo a recursos informativos, digitales y no digitales, de manera estructurada y fiable, para de esa manera vincular la tecnología de la información, la educación y la cultura en las bibliotecas actuales. (IFLA e UNESCO, 2011)

As bibliotecas digitais, «cuja acessibilidade tornou mais rápida e menos árdua a actividade do investigador» (Gonçalves e Banza, 2013, p. 2), apresentam algumas vantagens face às bibliotecas convencionais:

- Funciona em modo contínuo, sem restrição de tempo;
- Permite o acesso à distância;
- Permite o acesso simultâneo de vários utilizadores;
- Aumenta a visibilidade das coleções, bem como a sua difusão e respetivo acesso;
- Pode facilitar o acesso a pessoas com deficiência;
- Contribui para a preservação física dos documentos.

As bibliotecas digitais disponibilizam uma informação organizada e creditada e permitem a utilização e reutilização dos conteúdos para fins didáticos. No entanto, a criação de uma biblioteca digital é um processo geralmente oneroso e que envolve conhecimentos muito específicos no âmbito da digitalização, da metacodificação e das novas tecnologias da informação e da comunicação.

Para criar uma biblioteca digital é necessário que, em função da missão da biblioteca, sejam previamente definidos os seguintes parâmetros:

- Os contextos em que se pretende desenvolver a BD;
- O público-alvo da BD;
- As expectativas dos utilizadores;
- O tipo de conteúdos disponibilizar.

Além de determinar a política geral da coleção digital a criar, também deve ser definidas, *a priori*, as diretrizes processuais para a captação das imagens, a nomeação dos ficheiros, a seleção dos metadados a associar, o tipo de armazenamento e o sistema de gestão da BD, tendo em consideração o *Manifesto de las IFLA/UNESCO Sobre las Bibliotecas Digitales* (IFLA e UNESCO, 2011). Estas diretrizes são particularmente importantes quando se constrói uma biblioteca digital a partir de obras digitalizadas há que ter particular atenção à forma como se realiza transposição dos suportes, do analógico para o digital, a fim de garantir a qualidade (vd. Puglia, Reed e Rhodes, 2004).

Na atual conjuntura, não parece exequível que cada biblioteca pública crie a sua própria biblioteca digital, dado que os encargos envolvidos e os conhecimentos necessários para a digitalização, a encadernação digital, a preservação e a manutenção seriam incomportáveis para a maioria. Seria, por isso, desejável o estabelecimento de políticas digitais adequadas à realidade das bibliotecas públicas.

A BPDP, além de reunir os acervos de várias bibliotecas, deve estabelecer uma sólida política de normalização e de divulgação, disponibilizando os conteúdos de forma apelativa e dinâmica, com soluções inovadoras. A BPDP seria constituída através dos contributos das várias bibliotecas, permitindo a consulta individualizada por biblioteca, ou no conjunto dos acervos. Para tal seria necessário reunir consensos entre as várias bibliotecas envolvidas, nomeadamente, quanto aos objetivos a atingir e às normas a implementar. O processo de seleção e caracterização das obras a incluir, a definição das políticas de digitalização, a elaboração de propostas e do caderno de encargos, a decisão quanto à localização física dos equipamentos e respetiva manutenção, tudo isto deve ser feito de forma articulada com os vários intervenientes. A parceria com universidades poderá contribuir para a definição das políticas e boas práticas, na eventual formação dos técnicos e na divulgação, assim como na criação de produtos derivados.

Como caso de estudo analisamos a Digital Public Library of America (DPLA) (vd. <https://dp.la>), biblioteca pública digital dos Estados Unidos da América. A DPLA teve início em 2010, em Cambridge, onde, pela primeira vez, se manifestou o interesse na sua constituição. Os trabalhos de concertação e definição levaram cerca de dois anos. Tem sede em Boston, na Biblioteca Pública de Boston e, atualmente, é mantida por uma equipa local de doze pessoas. Possui trinta bibliotecas associadas, que fornecem os conteúdos. No portal de acesso não se distingue o que está depositado (versão digital) na DPLA do que se encontra alojado na própria instituição. A gestão do sistema é realizada pela HathiTrust. Segue o modelo de metadados que seguem é o da Europeia. Todas as atividades são documentadas.

A entrada na DPLA é feita através da página com os destaques. São disponibilizadas exposições temáticas, um mapa dos Estados Unidos da América com a localização dos acervos, uma cronologia onde são posicionadas as obras por data de criação, aplicações móveis e dados abertos, constituindo um bom exemplo de como construir colaborativamente uma biblioteca pública digital.

## **Conclusão**

Tendo em consideração o domínio tecnológico e as infraestruturas necessárias é conveniente que a criação da BPDP seja um trabalho colaborativo e que as várias etapas do processo sejam sucessivamente descritas e divulgadas, tendo em vista a respetiva replicabilidade. A Digital Public Library of America, sendo um sistema que congrega várias

sinergias, com o objetivo de colocar em linha uma biblioteca que espelhe as várias diferenças e similitudes da América, constitui um exemplo de colaboração a vários níveis e sustenta a possibilidade de criação de bibliotecas públicas digitais com idênticos princípios colaborativos, rentabilizando os recursos humanos e financeiros, e com uma sólida política de normalização.

É possível a criação de uma BDPPI!

## Referências bibliográficas

GONÇALVES, Maria Filomena; BANZA, Ana Paula – In limine. Em GONÇALVES, MARIA FILOMENA; BANZA, ANA PAULA (Eds.) – **Património Textual e Humanidades Digitais: da antiga à nova Filologia** [Em linha]. Évora : CIDEHUS, 2013 Disponível em WWW:<URL:http://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/10468>. ISBN 978-989-95669-7-2

IFLA – **Diretrizes da IFLA sobre os serviços da Biblioteca Pública**. 2.<sup>a</sup> ed. Berlin : DE GRUYTER SAUR, 2013. ISBN 978-3-11-023226-4.

IFLA/UNESCO – Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas. 1994) 2.

IFLA; UNESCO – **Manifiesto de las IFLA/UNESCO Sobre las Bibliotecas Digitales** [Em linha], atual. 2011. [Consult. 18 jun. 2014]. Disponível em WWW:<URL:http://www.ifla.org/ES/publications/manifiesto-de-las-ifla-unesco-sobre-las-bibliotecas-digitales>.

IFLA; UNESCO – Manifiesto de la Federación Internacional de Asociaciones de Bibliotecarios y Bibliotecas (IFLA) sobre las bibliotecas digitales. Em **UNESCO, Conferencia General, 36.<sup>a</sup> reunión** [Em linha]. Paris : UNESCO, IFLA, 2011 [Consult. 18 jun. 2014]. Disponível em WWW:<URL:http://www.ifla.org/ES/publications/manifiesto-de-las-ifla-unesco-sobre-las-bibliotecas-digitales>.

PUGLIA, Steven; REED, Jeffrey; RHODES, Erin – **Technical Guidelines for Digitizing Archival Materials for Electronic Access: Creation of Production Master Files – Raster Images** [Em linha]. Washington : [s.n.] Disponível em WWW:<URL:http://www.archives.gov/preservation/technical/guidelines.pdf>.

WITTEN, Ian H.; BAINBRIDGE, David; NICHOLS, David M. – **How to Build a Digital Library**. 2 th ed. Burlington, MA 01803, USA : Morgan Kaufmann, 2009. ISBN 9781282329096.